

MIRA S.A.
CNPJ: 41.706.369/0001-00

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

MIRA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e diretores da
MIRA S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mira S.A. (“Companhia”) e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mira S.A. e sua controlada, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Reflexo de opinião com ressalvas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 da controlada “Hospital Semper S.A.”, conforme notas explicativas nº 10 e 18. O efeito nas demonstrações contábeis é de R\$ 17.154.377, portanto o passivo a descoberto e o resultado estão apresentados a menor no mesmo valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controladora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Mira S.A. A Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$ 18.365.967, prejuízos acumulados no montante de R\$ 48.484.637 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 43.020.102. Esses fatores indicam a existência de incerteza

relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.



Orplan Auditores Independentes
CRCMG 0478/O CVM 3310

Pedro Alberto de Souza
Contador CRCMG - 032.234/O



Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

CNPJ 41.706.369/0001-00

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		dez/24	dez/23	dez/24	dez/23			dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Circulante		6.577.387	2.014.046	11.249.888	14.414.389	Circulante		24.943.354	5.718.475	61.391.376	51.132.639
Disponibilidades	4	15	258	15.903	295.531	Fornecedores	13	83.692	119.197	14.337.307	10.810.742
Clientes	5	236.348	201.712	8.187.911	9.467.921	Salários e encargos sociais	14	970.502	808.011	10.253.368	11.952.836
Estoques	6	-	-	1.180.793	1.741.178	Empréstimos e financiamentos	15	6.594.370	4.339.389	20.232.140	16.786.064
Impostos a recuperar	7	44.808	22.274	650.249	675.251	Parcelamentos Fiscais	16	-	-	6.829.631	3.177.676
Mútuo com Partes relacionadas	8	6.168.263	1.559.426	6.025	1.649.198	Impostos a recolher	17	74.914	72.911	6.061.508	4.360.942
Outros valores a receber		127.953	230.377	1.209.006	585.310	Outras contas a pagar	18	17.219.877	378.968	59.105	388.034
						Debêntures		-	-	2.933.878	3.406.124
						Contratos de arrendamento	19	-	-	684.441	250.222
Ativo Não Circulante		4.341.522	3.909.906	77.518.634	83.652.585	Não Circulante		28.995.656	24.478.395	71.745.209	69.826.436
Outros valores a receber LP		510.000	510.000	-	510.000	Empréstimos e financiamentos LP	15	28.995.656	24.478.395	32.818.547	28.550.124
Mútuo com Partes relacionadas LP	8	2.160.609	2.103.234	-	292.448	Contingências Judiciais		-	-	651.186	782.541
Depósitos Judiciais	9	-	-	1.330.809	1.176.764	Parcelamentos fiscais LP	16	-	-	26.435.981	27.206.816
Tributos a recuperar	7	-	-	-	5.020.130	Debêntures LP		-	-	39.821	39.390
Investimentos	10	1.165.810	942.593	1.194.387	969.696	Contratos de arrendamento LP	19	-	-	11.799.675	13.247.565
Imobilizado	11	282.635	331.397	62.191.120	62.081.168						
Intangível	12	222.468	22.682	12.802.319	13.602.379						
						Patrimônio líquido	20	(43.020.102)	(24.272.918)	(44.368.063)	(22.892.101)
						Capital social		5.401.482	5.401.482	5.401.482	5.401.482
						Reserva de Capital		63.053	63.053	63.053	63.053
						Reserva legal		-	-	-	-
						Reserva de Lucros		-	-	-	-
						Prejuízos acumulados		(48.484.637)	(29.737.453)	(48.484.637)	(29.737.453)
										(43.020.102)	(24.272.918)
						Participação de não controladores		-	-	(1.347.962)	1.380.817
Total do ativo		10.918.909	5.923.952	88.768.522	98.066.974	Total do passivo		10.918.909	5.923.952	88.768.522	98.066.974



Demonstração dos Resultados
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ 41.706.369/0001-00

	Notas	Controladora		Consolidado	
		dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Receita líquida de serviços prestados	21	1.002.582	899.403	54.043.007	52.857.702
Custos dos serviços prestados	22	(715.014)	(511.398)	(63.936.976)	(57.173.600)
Lucro(Prejuízo) bruto		287.568	388.005	(9.893.969)	(4.315.898)
Despesas gerais e administrativas	23	(8.824)	(4.245)	(14.206.971)	(7.222.372)
Outras receitas/despesas operacionais	24	(16.505.446)	(11.865.433)	11.104.519	2.427.592
Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro		(16.226.702)	(11.481.673)	(12.996.420)	(9.110.678)
Resultado Financeiro	25	(2.520.482)	(4.866.295)	(7.222.717)	(8.116.020)
Resultado não Operacional					
Prejuízo antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(18.747.184)	(16.347.969)	(20.219.137)	(17.226.697)
Imposto de Renda e Contribuição social		-	-	-	-
Prejuízo do Exercício		(18.747.184)	(16.347.969)	(20.219.137)	(17.226.697)
Acionistas controladores				(18.747.184)	(16.347.969)
Participação de não controladores				(1.471.953)	(878.728)
				<u>(20.219.137)</u>	<u>(17.226.697)</u>



Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ 41.706.369/0001-00

	Controladora		Consolidado	
	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Prejuízo líquido do Exercício	(18.747.184)	(16.347.969)	(20.219.137)	(17.226.697)
Resultado abrangente total do exercício	(18.747.184)	(16.347.969)	(20.219.137)	(17.226.697)



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ 41.706.369/0001-00

Controladora	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.207.092	63.053	-	-	(13.389.484)	(8.119.339)
Aumento de Capital	194.390	-	-	-	-	194.390
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.347.969)	(16.347.969)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.401.482	63.053	-	-	(29.737.453)	(24.272.918)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(18.747.184)	(18.747.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.401.482	63.053	-	-	(48.484.637)	(43.020.102)

Consolidado	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.207.092	63.053	-	-	(13.389.485)	(8.119.340)
Aumento de Capital	194.390	-	-	-	-	194.390
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.347.968)	(16.347.968)
Participação de não controladores	-	-	-	-	(878.727)	(878.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.401.482	63.053	-	-	(29.737.453)	(24.272.918)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(18.747.184)	(18.747.184)
Participação de não controladores	-	-	-	-	(1.471.953)	(1.471.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.401.482	63.053	-	-	(48.484.637)	(43.020.102)

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
CNPJ 41.706.369/0001-00

	Controladora		Consolidado	
	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Lucro líquido do exercício	(18.747.184)	(16.347.969)	(20.219.137)	(17.226.697)
Ajustes do resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Provisão para perdas estimadas com liquidação de créditos duvidosos	-	-	171.317	-
Provisão para contingências	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(105.714)	39.853	5.993.471	2.288.732
Juros e variação cambial sobre empréstimos	(2.482.600)	(4.503.118)	(5.118.009)	(5.095.802)
Baixa de tributos não recuperáveis	-	-	5.020.130	-
Baixa de investimentos	11.621.275	11.621.275	-	1.143.727
	(9.714.223)	(9.189.959)	(14.152.228)	(18.890.040)
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	67.788	834.356	511.752	(1.086.758)
Estoques	-	-	560.385	(276.734)
Impostos a recuperar	(22.534)	(22.274)	25.002	(16.520)
Outros ativos circulantes	(4.666.213)	(3.662.659)	(4.704.561)	(1.941.646)
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais	-	-	(154.045)	(144.542)
	(4.620.958)	(2.850.577)	(3.761.466)	(3.466.200)
Aumento líquido/(diminuição) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(35.505)	16.546	2.235.519	2.578.810
Obrigações trabalhistas	162.491	78.564	162.491	3.906.114
Obrigações tributárias a recolher	2.003	(10.689)	(11.095.475)	1.782.788
Outras contas a pagar	16.840.908	378.968	(133.197)	(1.630.310)
	16.969.897	463.389	(8.830.661)	6.637.402
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.634.716	(11.577.147)	(26.744.355)	(15.718.838)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativos imobilizados e intangível	(45.309)	(178.204)	(5.303.363)	(15.462.602)
Investimentos	(11.844.492)	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(11.889.802)	(178.204)	(5.303.363)	(15.462.602)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação/(redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	9.254.843	11.555.131	32.432.320	29.073.812
Aporte de recursos para constituição de capital social	-	194.390	-	194.388
Amortização de debêntures	-	-	(664.230)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	9.254.843	11.749.521	31.768.090	29.268.200
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(242)	(5.830)	(279.628)	(1.913.240)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	258	6.088	295.531	2.208.771
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	258	15.903	295.531
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(242)	(5.830)	(279.628)	(1.913.240)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e diretores da
MIRA S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mira S.A. (“Companhia”) e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mira S.A. e sua controlada, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Reflexo de opinião com ressalvas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 da controlada “Hospital Semper S.A.”, conforme notas explicativas nº 10 e 18. O efeito nas demonstrações contábeis é de R\$ 17.154.377, portanto o passivo a descoberto e o resultado estão apresentados a menor no mesmo valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controladora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Mira S.A. A Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$ 18.365.967, prejuízos acumulados no montante de R\$ 48.484.637 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 43.020.102. Esses fatores indicam a existência de incerteza

relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.



Orplan Auditores Independentes
CRCMG 0478/O CVM 3310

Pedro Alberto de Souza
Contador CRCMG - 032.234/O

1. Contexto operacional

A MIRA S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em abril de 2022, com o objetivo de realizar a gestão das empresas ligadas sob a perspectiva de um Escritório de Serviços Compartilhados afim de promover otimização dos recursos, sinergia na gestão e integração como um todo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, adicionamos os bens, direitos e obrigações do Hospital Semper S.A., excluindo os valores entre as partes relacionadas. O Hospital Semper S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, que tem como objeto social a realização de atividades relacionadas com a prestação de serviços hospitalares em todas as suas áreas e especialidades. A Mira S.A. detém em 31 de dezembro de 2024, 92,72% do Hospital Semper S.A.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando ocorrerem determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os valores estão expressos em R\$ (Reais), em moeda corrente nacional, exceto quando indicado de outra forma.

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Companhia para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa, não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma, a Companhia não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente - DRA. A não ocorrência destes efeitos abrangentes foi devidamente evidenciada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE.

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em R\$ (Reais) foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Julgamento por parte da Administração de certas estimativas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício

de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

- Investimentos e
- Partes relacionadas.

Essas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 18 de março de 2025.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma, a saber:

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Empresa estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apropriado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros classificados como ativos mensurados a valor justo por meio do resultado no momento inicial de reconhecimento. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos com o propósito de serem negociados no curto prazo. Os ganhos e perdas dos ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

Valor justo

O valor justo dos investimentos que são ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado utilizando-se as cotações de fechamento da data do balanço.

Para aqueles investimentos para os quais não existe mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a utilização de transações recentes entre terceiros independentes, valor de mercado de outro ativo financeiro similar, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, 90 dias ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação deduzidos os descontos de duplicatas e a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (a) a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; (b) uma provável saída de recursos com substância econômica será necessária para liquidar a obrigação, e (c) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser efetuada.

Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas a valor presente utilizando a taxa de juros antes dos tributos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos daquele passivo. Quando descontos a valor presente são utilizados, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido com despesa financeira.

3.6. Outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de realização incluindo, conforme aplicável, ajuste a valor presente ou os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.7. Reconhecimento da receita de serviços prestados

A Empresa auferir receita de serviços prestados as quais são reconhecidas quando os riscos e benefícios significativos relacionados com a prestação de serviços são realizados e aprovados pelo cliente. As receitas de serviços são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

A Empresa não reconhece uma receita quando há uma incerteza significativa da sua realização.

3.8. Reconhecimento de outras receitas e despesas operacionais

As demais receitas e despesas vinculadas a operação da Empresa são reconhecidas quando incorridas e/ou realizadas de acordo com o regime de competência.

3.9. Reconhecimento de resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de resultado financeiro e são escrituradas contabilmente de acordo com o regime de competência.

3.10. Tributação sobre a renda

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes.

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência.

3.11. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As emissões/alterações de normas International Accounting Standards Board (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 21 - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

- Emissão da norma IFRS 19 - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta alteração nas normas.

- Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

3.12. Procedimentos de Consolidação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na legislação societária brasileira e abrangem as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada:

	31/12/2024	31/12/2023
Hospital Semper S.A.	92,72%	92,72%
	92,72%	92,72%

4. Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo fixo	-	-	3.770	-
Bancos conta movimento	15	258	12.133	295.467
Aplicações financeiras	-	-	-	64
	15	258	15.903	295.531

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	236.348	201.712	10.746.925	11.335.678
(-) Provisão estimada de perdas	-	-	(2.559.014)	(1.867.757)
	236.348	201.712	8.187.911	9.467.921

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e medicamentos	-	-	1.180.793	1.741.178
	-	-	1.180.793	1.741.178

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRJ a recuperar	25.050	13.980	361.610	350.540
CSLL a recuperar	19.117	8.089	179.838	168.810
Crédito Fiscal IRPJ/CSLL	-	-	-	5.020.130
Outros impostos a recuperar	641	205	108.801	155.901
	44.808	22.274	650.249	5.695.381
Ativo circulante	44.808	22.274	650.249	675.251
Ativo não circulante	-	-	-	5.020.130

8. Mútuo com Partes relacionados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hospital Semper	8.322.847	1.721.013	-	-
Mira Centro Médico	6.025	23.239	6.025	23.239
Cetus Oncologia S.A.	-	1.918.407	-	1.918.407
	8.328.872	3.662.659	6.025	1.941.646
Ativo circulante	6.168.263	1.559.426	6.025	1.649.198
Ativo não circulante	2.160.609	2.103.234	-	292.448

9. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos tributários	-	-	320.370	320.370
Processos diversos	-	-	1.010.439	856.394
	-	-	1.330.809	1.176.764

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mira Centro Médico Ltda	1.570	3.030	1.570	3.030
Cetus Oncologia S.A.	1.148.951	937.063	1.148.951	937.063
Hospital Semper S.A.	29.861.025	29.861.025	-	-
Equivalência Patrimonial Hospital Semper	(29.861.025)	(29.861.025)	-	-
Outros investimentos	15.290	2.500	43.867	29.603
	1.165.810	942.593	1.194.387	969.696

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos, edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos hospitalares	Moveis e utensílios	Computadores e periféricos	Avaliação de leitos	Ferramentas e outros	Imobilização em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	96.215	116.107	-	-	-	212.322
Aquisição	-	-	-	177.380	-	-	-	177.380
Depreciação	-	-	(16.950)	(41.355)	-	-	-	(58.305)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	79.265	252.132	-	-	-	331.397
Aquisição	-	-	3.786	9.601	-	-	-	13.388
Depreciação	-	-	(4.462)	(57.688)	-	-	-	(62.150)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	78.589	204.046	-	-	-	282.635
Consolidado	Terrenos, edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos hospitalares	Moveis e utensílios	Computadores e periféricos	Avaliação de leitos	Ferramentas e outros	Imobilização em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.784.215	2.599.889	236.867	86.217	56.241.525	7.610	533.714	62.490.037
Aquisição	289.707	2.232.707	473.312	331.084	-	-	-	3.326.810
Depreciação	(595.935)	(291.351)	(31.431)	(52.463)	(2.503.904)	(1.572)	-	(3.476.657)
Baixa	-	-	-	-	-	-	(259.022)	(259.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.477.987	4.541.245	678.748	364.838	53.737.621	6.038	274.692	62.081.168
Aquisição	392.368	605.789	76.500	271.131	-	730	2.364.824	3.711.343
Depreciação	(284.558)	(692.315)	(126.714)	(157.863)	(2.311.296)	(28.080)	-	(3.600.826)
Baixa	-	-	(21.878)	-	-	21.313	-	(565)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.585.797	4.454.720	606.657	478.105	51.426.325	-	2.639.516	62.191.120
Taxa anual de depreciação:	10 à 20%	10 à 20%	10 à 20%	10%	10%	10 à 20%	10%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Controladora	Licenças de uso de software	Marcas e Patentes	Arrendamento Predial	Arrendamento Equipamentos	Arrendamento Equipamentos hospitalares	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.406	-	-	-	-	3.406
Aquisição	20.100	-	-	-	-	20.100
Amortização	(824)	-	-	-	-	(824)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.682	-	-	-	-	22.682
Aquisição	241.813	-	-	-	-	241.813
Amortização	(42.026)	-	-	-	-	(42.026)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	222.468	-	-	-	-	222.468
Consolidado	Licenças de uso de software	Marcas e Patentes	Arrendamento Predial	Arrendamento Equipamentos	Arrendamento Equipamentos hospitalares	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.790	850	-	-	-	19.640
Aquisição	85.804	-	-	-	-	85.804
Adesão ao IFRS16	-	-	14.541.527	58.519	113.318	14.713.364
Amortização	(824)	-	(1.083.840)	(58.519)	(73.245)	(1.216.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	103.770	850	13.457.687	-	40.073	13.602.379
Aquisição	266.782	-	-	-	-	266.782
Adesão ao IFRS16	(42.026)	-	-	58.519	204.719	221.212
Amortização	(11.174)	-	(1.066.330)	(58.519)	(152.030)	(1.288.054)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	317.351	850	12.391.356	-	92.762	12.802.319
Taxa anual de depreciação:	20%	-	8%	50%	25%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores em geral	83.692	119.197	14.337.307	10.810.742
	83.692	119.197	14.337.307	10.810.742

14. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	209.475	178.146	1.075.319	1.032.168
INSS a recolher	128.268	107.504	6.599.312	8.608.701
FGTS a recolher	38.993	34.149	159.733	159.103
Pró-labore a pagar	6.840	7.005	6.840	7.005
Outros valores a pagar	-	-	7.980	10.325
Provisão de férias e encargos	586.926	481.206	2.404.184	2.135.533
	970.502	808.011	10.253.368	11.952.836

15. Empréstimos e Financiamentos

O saldo em 31 de dezembro estava composto por:

	Encargos (a.m.)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Credicom S.A.	0,25% a 2,0%	9.782.272	12.884.087	12.186.910	18.447.869
Unicred	0,25% a 2,0%	3.500.391	5.257.373	3.500.391	5.257.373
Antecipação produção Unimed	0,40%	-	-	4.186.883	6.316.667
Outros empréstimos		22.307.363	10.676.324	33.176.502	15.314.280
		35.590.026	28.817.783	53.050.686	45.336.188
Circulante		6.594.370	4.339.389	20.232.140	16.786.064
Não circulante		28.995.656	24.478.395	32.818.547	28.550.124

Os empréstimos estão apresentados pelos valores atualizados até a data do balanço, com juros que variam de 0,25 a 0,40 a.m. + CDI, com prazo máximo de 72 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Parcelamentos Fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos Previdenciários	-	-	21.961.478	20.602.019
Demais débitos	-	-	11.304.134	9.782.473
	-	-	33.265.612	30.384.492
Ativo circulante	-	-	6.829.631	3.177.676
Ativo não circulante	-	-	26.435.891	27.206.816

17. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	209	4.238	133.093	42.585
Cofins e PIS a recolher	6.443	5.982	4.867.599	3.999.794
Provisão para IR E CSLL	63.001	61.254	63.001	61.254
Impostos diversos a recolher	5.261	1.437	997.815	257.309
	74.914	72.911	6.061.508	4.360.942

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de despesas compartilhadas	65.500	31.500	59.105	388.034
Passivo a descoberto- Hospital Semper	17.154.377	347.468	-	-
	17.219.877	378.968	59.105	388.034

19. Contratos de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cruz Vermelha - Locação predial	-	-	12.391.356	13.457.686
GC Locações - Ekiptos hospitalares	-	-	92.761	40.101
	-	-	12.484.116	13.497.787
Circulante			684.441	250.222
Não circulante			11.799.675	13.247.565

20. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.401.482 (Cinco milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentos e oitenta e dois reais), dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e, cada acionista terá direito a voto nas Assembleias Gerais, nos termos da Lei Societária, na proporção de sua participação no capital social.

b) Lucros, dividendos e reservas

Os lucros líquidos apurados em balanço patrimonial que será realizado em 31 de dezembro de cada ano, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal nos termos do artigo 193, da Lei Societária, até atingir a 20% (vinte por cento) de capital social, limite que não poderá ser excedido, ficará à disposição da Assembleia Geral que fixará o dividendo a ser distribuído, conforme disposto nos artigos 201 e, seguintes, da Lei citada que, no seu parágrafo primeiro estabelece: Os lucros acumulados de exercícios anteriores e os lucros do período poderão ser distribuídos aos acionistas, periodicamente, de acordo com a legislação tributária vigente, podendo os acionistas determinarem o levantamento de balanço, no curso do exercício financeiro ainda não encerrado, para a apuração e distribuição dos lucros.

21. Receita dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas bruta de serviços prestados	1.167.407	1.030.063	60.300.753	58.928.297
Impostos incidentes e deduções	(164.825)	(130.660)	(6.257.745)	(6.070.595)
	1.002.582	899.403	54.043.007	52.857.702

22. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Medicamentos e materiais	-	-	(15.527.283)	(15.058.532)
Mão de Obra	(395.056)	(365.971)	(20.687.184)	(19.240.212)
Serviços contratos	(168.322)	(1.318)	(17.147.565)	(11.717.479)
Custo com infraestrutura	-	-	(198.994)	(529.068)
Depreciação e amortização	(104.176)	(59.129)	(5.052.069)	(4.550.708)
Outros custos	(47.460)	(84.979)	(5.323.881)	(6.077.601)
	(715.014)	(511.398)	(63.936.976)	(57.173.600)

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com salários e encargos	-	-	(5.801.135)	(4.833.568)
Serviços de terceiros	-	-	(2.108.307)	(1.375.859)
Baixa de crédito tributário	-	-	(5.020.130)	-
Despesas administrativas diversas	(8.824)	(4.245)	(1.277.399)	(1.012.945)
	(8.824)	(4.245)	(14.206.971)	(7.222.372)

24. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita com Faculdades/residentes	-	-	1.535.157	1.290.436
Receita direcionamento de Clientes	-	-	9.400.000	-
Doações diversas	-	-	-	496.600
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	20.242	119.959
Lucros e dividendos	96.036	103.310	96.036	103.310
Equivalência patrimonial	(16.601.481)	(11.968.743)	53.084	417.287
	(16.505.446)	(11.865.433)	11.104.519	2.427.592

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	61	1	189.877	121.688
Juros com aplicações financeiras	595	3.251	4.534	26.095
	656	3.252	194.411	147.783
Despesas financeiras				
Juros com fornecedores	(1.580)	(8.281)	(804.777)	(717.045)
Juros empréstimos e financiamentos	(2.487.418)	(4.507.620)	(5.321.287)	(6.612.613)
Juros sobre debêntures	-	-	(285.762)	(164.010)
Outras despesas financeiras	(32.140)	(353.645)	(1.005.303)	(770.134)
	(2.521.138)	(4.869.547)	(7.417.129)	(8.263.803)
Resultado Financeiro	(2.520.482)	(4.866.295)	(7.222.717)	(8.116.020)

26. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, e a Administração desses instrumentos são efetuadas através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez

A Administração da Empresa gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos serviços ofertados pela Empresa, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Empresa aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Empresa, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Empresa é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Empresa, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Empresa.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Empresa, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

27. Seguros

A Empresa mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

28. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Dr. Victor Hugo Lisboa Lopes Rodrigues
Diretor Presidente

Jeferson Ivan Martins Farias
Diretor Financeiro

Warley Alves
Contador CRC-MG 108798/O-4